
Lei antifumo melhora o ar em casas noturnas

Um mês depois da entrada em vigor da legislação antifumo, seus benefícios já podem ser constatados. Medição feita pelo **Estado** da concentração de monóxido de carbono (CO) em três casas noturnas da região central de São Paulo revelou que o padrão do ar passou de “contaminado” – antes da lei – para “ideal”, com redução da substância em mais de 50%. ● **PÁG. C1**

CIGARO BANIDO

Casas noturnas já respiram ar 'ideal'

Com um mês da lei antifumo, medição em locais fechados revela que redução de monóxido de carbono ultrapassa 50%

Fernanda Aranda

Trinta dias de vigência da lei antifumo trouxeram algo de novo à atmosfera das casas noturnas paulistas. O **Estado** comparou, antes e depois da legislação que proibiu o uso do cigarro entrar em vigor, a concentração de um dos poluentes mais nocivos do tabaco, o monóxido de carbono (CO) no ar de três casas noturnas de São Paulo – Vegas, Sarajevo e Funhouse, todas na região central. Por meio de um aparelho especializado – monóxímetro – foi atestada redução da substância em mais de 50%. O padrão de ar encontrado nos locais passou de “contaminado” para “ideal”, segundo as

agências ambientais.

Hoje, a legislação que determinou o fim até mesmo dos fumódromos em qualquer tipo de estabelecimento “celebra” um mês. Quando as baforadas ainda eram permitidas, a reportagem encontrou índices de CO nas boates parecidos com o de ruas de tráfego movimentado, como a Avenida Paulista, entre 10 e 14 ppm (parte por milhão). Anteontem, porém, no mesmo horário de visita (*entre 23h30 e 0h30*), a marca máxima ficou entre 5 e 6 ppm. “Índices de até 5 ppm são considerados ideais. Vamos estudar os efeitos dessa redução de concentração, mas a expectativa é de diminuição de doenças cardíacas”, afirma a

pneumologista do Ambulatório do Tabagismo do Instituto do Coração (Incor) Jaqueline Issa, que avalia a qualidade ambiental pré e pós lei antifumo em 840 bares e boates de São Paulo. Os resultados devem ficar prontos no final do ano.

Por ora, nenhum estudo brasileiro foi concluído sobre a lei antifumo paulista, mas publicações feitas em países que adotaram normas parecidas com a de São Paulo mostram que a qualidade ambiental dos bares melhorou em até 83% e a concentração de substâncias tóxicas na saliva dos garçons em 86% (*veja quadro abaixo*). “Dados internacionais mostram

que o banimento do uso do cigarro em ambientes fechados traz redução de 15% de ataques cardíacos”, afirma Mônica Andreis, vice-diretora da Aliança Contra o Tabagismo (ACTbr), ONG que também estuda a legislação de SP. “Na Inglaterra, após um ano de lei semelhante, aumentou em 400 mil o número de pessoas que deixaram de fumar”, completa.

Paulo Afonso de André, do Laboratório de Poluição da USP, outra entidade que tem feito pesquisas sobre a lei antifumo, também cita dados do exterior como referência. “Mas a expectativa para São Paulo deve levar em conta que o cigarro é um grande vilão, mas não o único. Ainda existe a poluição dos carros (*na porta das baladas pesquisadas no sábado, o índice de CO chegou a 10 ppm*), casas mal planejadas e que a fumaça tóxi-

ca das cozinhas se espalha para os ambientes”, pondera ele.

EFEITO COLATERAL

Ainda que a comunidade médica festeje boas novas trazidas pela lei antifumo paulista – que já inspirou os governos de Norte a Sul do País – existem “efeitos colaterais” creditados à legislação. Alguns estabelecimentos adotaram medidas truculentas contra fumantes, como o confisco de maço de cigarros na entrada. Fiscais caça-fumaça também já foram agredidos (*em Araraquara, interior, dois agentes apanharam, na semana passada*). Marcus Vinicius Rosa, diretor da Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (Abresi) estima diminuição de faturamento de até 30% em casas noturnas.

São os proprietários dos estabelecimentos que recebem

multas de até R\$ 1.585 em caso de infração, valor que dobra na reincidência. No quarto flagrante, há suspensão de atividades por 30 dias. A Secretaria de Estado da Saúde diz que a taxa de cumprimento da lei está em 99%. Evandro Lopes, gerente da casa FunHouse – confirma a adesão. “No início, tínhamos clientes fumando no banheiro, mas agora está tranquilo.”

Como consequência da lei, ainda precisam ser resolvidos o excesso de bitucas nas calçadas e o barulho dos fumantes, de madrugada, nas calçadas. O diretor do Programa de Silêncio Urbano (Psiu) da Prefeitura, Wanderley Pereira, confirma que as reclamações aumentaram, mas, como se trata de perturbação da ordem pública, é a Polícia Militar que deve ser acionada. ●

➔ **Mais informações, na pág. C3**

NÚMEROS

14 partículas por milhão (ppm)

era a concentração de CO na FunHouse antes da lei antifumo, medida na pista de dança da casa noturna à 0h30

5 ppm

é a concentração atual de CO na mesma casa noturna, avaliada à 0h20 na pista do último sábado

11 ppm

era a concentração de CO no Vegas antes da legislação passar a valer, medida à 1h, com 350 pessoas na pista

5 ppm

é a concentração atual do poluente resultante da combustão do tabaco na mesma casa

10 ppm

era a quantidade de CO na pista de dança do Sarajevo antes da legislação começar a render multa

6 ppm

foi o último registro, com 60 pessoas na pista, às 23h40 de sexta

ESTUDOS INTERNACIONAIS

● **Paris:** Estudo publicado no ano passado pelo Instituto Nacional de Prevenção à Saúde e o Observatório de Qualidade do Ar de Paris. Após um mês de proibição do uso de cigarro em ambientes fechados na capital francesa, os médicos constataram diminuição de 15% nos casos de enfarte

● **Escócia:** Pesquisa realizada em 2007 pelo Instituto de Medicina Ocupacional. Os médicos coletaram a saliva de 371 trabalhadores de 72 bares de três cidades, sendo uma a capital, Edimburgo. A medição foi realizada duas vezes. A primeira foi sem a vigência da lei que proibiu o fumo em ambiente interno e a segunda, dois meses após a legislação. Nos não fumantes, a concentração de cotinina (um marcador do tabagismo) caiu

51%. Nos fumantes, caiu 12%

● **Boston:** Estudo publicado em 2006 pelo Departamento de Saúde Pública da cidade americana. A qualidade do ar de seis pubs foi aferida antes e dois meses após a vigência da lei que proibiu o uso do cigarro em ambiente interno. A concentração do poluente hidrocarbonetos diminuiu de 179 mg/m³ para 7,7 mg/m³

● **Nova York:** Pesquisa divulgada em 2004 pelo Departamento de Saúde Pública da cidade. No total, 104 trabalhadores não fumantes de bares foram acompanhados aos três meses, seis meses e um ano após a adoção da lei antifumo. Sessenta e oito deles concluíram o estudo. A reclamação de problemas respiratórios diminuiu 88%

Artigos

E São Paulo apagou o cigarro

Luiz Roberto
Barradas Barata*

Li um artigo publicado em jornal de uma cidade pequena do interior paulista sobre a lei antifumo. Informava que o dono de um bar, fumante, ao notar a chegada da equipe de reportagem, se antecipou e fez questão de ressaltar que estava fumando fora do estabelecimento, na rua, cumprindo a legislação que promove ambientes saudáveis e livres do tabaco no Estado.

Este foi um dos exemplos mais contundentes que vi sobre a conscientização das pessoas em relação à lei que entrou em vigor há um mês, e que já serve de exemplo para todo o Brasil, com iniciativas similares em outros Estados e municípios. Com conhecimento e apoio de mais de 90% dos paulistas, a proibição do fumo em ambientes fechados de uso coletivo

se tornou emblema da saúde pública, ao proteger os cidadãos contra os malefícios do fumo passivo.

Ao longo dos últimos 30 dias, agentes da Vigilância Sanitária Estadual e do Procon foram às ruas e, para surpresa geral, praticamente não tiveram problemas, uma vez que dos cerca de 20 mil estabelecimentos inspecionados, menos de 1% descumpriu a lei. Placas de proibido fumar afixadas, cinzeiros removidos, fumódromos banidos, ninguém com cigarro aceso. Essa é a realidade de bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, casas noturnas, empresas e de outros ambientes de trabalho.

As poucas pessoas que duvidaram da eficácia da lei e da seriedade do trabalho de fiscalização foram surpreendidas, rapidamente, pelas multas, que não são objetivo principal nem final do governo, mas que devem ser aplicadas para dar exemplo a todos aqueles que descumprirem a nova norma. Em muitos casos, a simples autuação serviu de alerta para proprietários e responsáveis, que rapidamente adotaram as medi-

das necessárias para banir o cigarro dos estabelecimentos.

O resultado, na prática? Pesquisa comparativa feita na última semana pela Secretaria de Estado da Saúde mostrou reduções significativas dos níveis de monóxido de carbono em não fumantes que frequentam ambientes fechados, que foram submetidos a testes antes e depois da vigência da lei, na capital. Significa que essas pessoas agora não estão mais expostas aos riscos do tabagismo passivo, que a longo prazo pode desencadear problemas como insuficiência cardíaca, enfisema pulmonar e câncer. E, ao contrário do que pregavam os catastrofistas, não houve diminuição do número de clientes de bares, restaurantes e outros estabelecimentos.

Em apenas um mês, a lei antifumo pegou, São Paulo respira melhor, a vida das pessoas continuou normalmente e a saúde pública saiu fortalecida.

* É secretário estadual de Saúde

Lei com efeito simbólico

Marcus Vinicius
Rosa*

Efeito simbólico é o nome que se dá a leis que tentam transmitir a impressão de serem feitas por políticos decididos e preocupados com determinado problema. Contudo, erram na dose ao criar norma mais severa e ignorando regras jurídicas enveredam pela inconstitucionalidade e supressão de liberdades, descambando para o totalitarismo. Afinal, o que vale é a repercussão na mídia e o apelo eleitoral, e não solucionar o problema.

Esse é o caso da lei antifumo paulista. É a Abresi (Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo), que sempre defendeu o espírito da medida, diante da falta de diálogo por uma legislação

sensata, buscou a Justiça por entender que São Paulo quebrou a unidade jurídica nacional, ou seja, proibiu o que outros Estados permitem; o fumódromo, verdadeiro, com divisão física de áreas e exaustão da fumaça. Ou será que fumar em São Paulo e Rio (leis radicais) é mais prejudicial do que fumar em Minas, Distrito Federal, Ceará ou Espírito Santo (leis flexíveis)?

O governo de São Paulo usurpou competência legislativa federal. E quem diz isso é a Advocacia-Geral da União e o Poder Judiciário paulista em sentença de mérito sobre a inconstitucionalidade da lei, contudo, seus efeitos estão temporariamente suspensos.

A lei antifumo também não protege a saúde, pois não há um esforço do governo em incentivar programas antitabagistas, nem combater a poluição atmosférica. Após um mês de vigência da lei, a rede pública não tem medicamentos nem vagas suficientes e a fila de espera é de cerca de oito meses

em São Paulo. Pesquisas recentes também apontam um desserviço ao segmento de hospitalidade e turismo, que responde por cerca 10% do PIB nacional, com sérios indicativos de queda no faturamento e disposição dos empresários em dispensar trabalhadores.

Mudar comportamentos exige educação e, acima de tudo, tolerância! Um país que passou por duas ditaduras não deveria aceitar passivamente o incentivo à delação de um ato não criminoso! Do ponto de vista ético, isso soa repugnante e socialmente deplorável. Grandes conquistas da civilização também são atropeladas, como a responsabilização por atos de terceiros, a liberdade de escolha e a livre iniciativa. A lei antifumo paulista está com os dias contados: 86% dos entrevistados apoiam os ambientes exclusivos. ●

* **É diretor jurídico da Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (Abresi)**

JF DIORIO/AE-5/9/2009



FUNHOUSE - Levantamento feito antes da lei e após sua vigência, em horário equivalente, revela que o ar passou de 'contaminado' a ideal

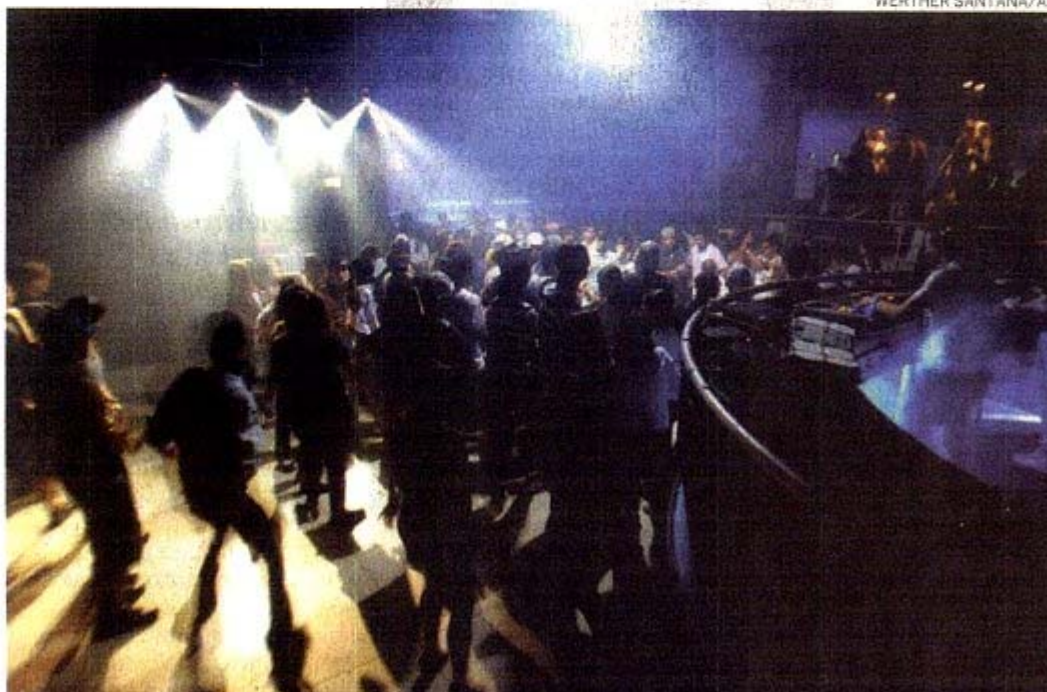
CIGARRO BANIDO

Fumo já estava banido de boa parte das matinês

Festas para menores de idade proibiam o uso de tabaco antes mesmo da lei; legalmente, desde 1990, eles nem sequer podem comprar produto

Maduros o suficiente para andar no banco da frente do carro dos pais, eles nunca sequer estranharam a exigência do cinto de segurança, lei que "nasceu" em São Paulo em 1996, quase o mesmo ano que chegou ao mundo a turma ouvida pela reportagem. "Algum dia foi diferente?", questiona Daniella Rodrigues, de 12 anos, a mais falante do grupo. Ela, assim como os amigos, vai no posto de copiloto para as matinês da capital. E, assim como não reclama do cinto, não torce o nariz para a recente proibição do cigarro no ambiente fechado, como se fosse regra tão antiga quanto a existência do aparelho de DVD. "A nossa geração já vai para balada sem poder fumar no local. É natural", completa a colega de mesma idade, Marina Brihy.

Segundo o Ministério da Saú-



WERTHER SANTANA/AE

Entrevista

Luiz Antônio Marrey:

secretário estadual da Justiça

‘Não há liberdade individual de causar mal a terceiros’

Marrey diz que discussão sobre fumódromos está encerrada, mas também descarta criação de regras mais rígidas

Bárbara Souza

Chefe da pasta que agrega as ações do Estado voltadas à defesa da cidadania e dos direitos humanos e ao cumprimento da Constituição, o secretário estadual da Justiça, Luiz Antônio Marrey, afirma que a sociedade paulista estava “pronta, madura e tinha aspiração efetiva em relação às restrições” ao cigarro, em vigor há um mês.

A lei foi aprovada em maio pela Assembleia, mas ainda não foi definido o que será feito com o dinheiro arrecadado

O que o senhor acha da afirmação de especialistas em recursos humanos que os fumantes serão preferidos em seleções de emprego?
Não sou especialista em RH, mas acho que não deve existir essa discriminação. Não acho razoável que um bom profissional seja discriminado porque fuma. Sou absolutamente contra esse tipo de discriminação.

Críticos dizem que a lei fomenta o preconceito...

Cada um é livre para saber se quer ou não expor sua saúde a risco. Dizem que a lei fere a liberdade individual. Isso é bobagem, porque não existe liberdade individual de causar mal a terceiros.

É possível abrir exceções, permitir fumódromos, por exemplo?

Não há nenhum plano de alte-